



# EDUCAÇÃO FÍSICA E CULTURA

Emerson Luís Velozo

Caros alunos,

Esse ebook é um pdf interativo. Para conseguir acessar todos os seus recursos, é recomendada a utilização do programa Adobe Reader 11.

Caso não tenha o programa instalado em seu computador, segue o link para download:

<http://get.adobe.com/br/reader/>

Para conseguir acessar os outros materiais como vídeos e sites, é necessário também a conexão com a internet.

O menu interativo leva-os aos diversos capítulos desse ebook, enquanto as setas laterais podem lhe redirecionar ao índice ou às páginas anteriores e posteriores.

Nesse *pdf*, o professor da disciplina, através de textos próprios ou de outros autores, tece comentários, disponibiliza links, vídeos e outros materiais que complementarão o seu estudo.

Para acessar esse material e utilizar o arquivo de maneira completa, explore seus elementos, clicando em botões como flechas, linhas, caixas de texto, círculos, palavras em destaque e descubra, através dessa interação, que o conhecimento está disponível nas mais diversas ferramentas.

Boa leitura!

# SUMÁRIO

# APRESENTAÇÃO

Este material ajuda o aluno na disciplina Educação Física e Cultura. Ele proporciona a compreensão da relação existente entre a Educação Física e a cultura, a partir da ideia de que Educação Física trata da educação relacionada à cultura corporal, expressa nos jogos e brincadeiras, nas lutas, nas danças, nos esportes e nas ginásticas. Por isso, inicialmente, abordaremos o conceito de cultura, sua relação com a noção de natureza e as formas de estudo da cultura advindas da Antropologia, por meio da pesquisa etnográfica. Também analisamos a construção social do corpo humano visto que, apenas sob o aspecto biológico, somos seres incompletos e precisamos da cultura para concretizar a humanidade. Isso abre caminho para tratar da cultura corporal ou cultura corporal de movimento, expressões que caracterizam o objeto de estudo e atuação da Educação Física. Além disso, veremos como a noção de cultura está presente no campo acadêmico da Educação Física e como a cultura se manifesta em algumas expressões do movimento humano, como, por exemplo, o esporte. Finalmente, analisaremos algumas relações entre cultura, diversidade e as questões étnico-raciais e de gênero, aspectos importantes para o ensino da Educação Física.

## 1. SER HUMANO, NATUREZA E CULTURA

A Educação Física é uma área de conhecimento e, na Educação Básica, um componente curricular, que trata das manifestações da cultura corporal, ou da cultura corporal de movimento, quais sejam, os jogos e brincadeiras, as lutas, as danças, os esportes e as ginásticas. As discussões da primeira seção deste e-book partem do seguinte questionamento: se somos todos da mesma espécie, homo sapiens, se existe uma unidade biológica que constitui todos os seres humanos como podemos explicar a enorme diversidade de comportamentos, de hábitos e de costumes existentes na humanidade? Como explicar a diversidade de práticas corporais em diferentes tempos e espaços da história?

Tal questionamento, requer, inicialmente, a explicação de duas esferas que constituem o humano: uma, de caráter biológico, outra, cultural. A primeira delas, o caráter mais biológico, está constitui toda a humanidade, e, portanto, é entendida sob uma perspectiva mais universalista e extremamente geral. Nesse sentido, todo ser humano é constituído, por exemplo, por um corpo muito semelhante: cabeça, tronco e membros, com os mesmos músculos, com os mesmos ossos e com os mesmos nervos, e ainda, com a capacidade para o desenvolvimento corporal. Do ponto de vista biológico, todos têm capacidade para andar, correr, dançar, saltar, etc., salvo se acometidos por alguma restrição específica.

Entretanto, essa constituição geral, fundamentada nos aspectos biológicos da existência humana, não dá conta de explicar a diversidade existente nos comportamentos. Nem todas as pessoas fazem as coisas da mesma maneira, ou sequer fazem as mesmas coisas. Comportamentos são os atos, ações, formas de pensar e de agir. Eles não são determinados biologicamente e, portanto, não são inatos, de modo que os seres humanos não nascem prontos para se comportar de determinada forma.

Quando se trata de natureza humana, geralmente se pensa em algo universal, explicado a partir de leis gerais, características que encontradas em qualquer indivíduo da espécie. A palavra natureza adquiriu sentidos diversos na cultura ocidental, tais como:

Princípio de vida ou princípio ativo que anima e movimenta os seres [...]; essência própria de um ser ou aquilo que em um ser é necessária e universalmente [...]; organização universal e necessária dos seres segundo uma ordem regida por leis naturais [...]; tudo o que existe no universo sem a intervenção da vontade e da ação humanas [...]; conjunto de tudo quanto existe e é percebido pelos humanos como o meio e o ambiente no qual vivem [...] (CHAUI, 2002, p.291).

Quanto aos aspectos inatos, tendemos logo a caminhar para explicações que remetem à noção de instinto: falamos, por exemplo, em instinto materno, instinto de defesa, instinto de sobrevivência etc. Contudo, este tipo de explicação confronta-se com os casos concretos ante os quais, numa mesma situação, os seres humanos, membros da mesma espécie, agem

de forma diferente. O humano não se submete às leis da natureza, ele cria a sua existência. Como esclarece Chauí “O homem é dotado de razão, vontade e liberdade, é capaz de criar fins e valores, de escolher entre várias opções possíveis.” (2002, p.271)

É a cultura que nos diferencia dos outros animais. Enquanto estes se comportam a partir de dispositivos inatos e, em grande parte, instintivos, os humanos, passam por um processo de aprendizado. Assim, o ser humano apresenta apenas alguns resquícios de instintos. O seu comportamento é fruto de um lento e profundo processo de aprendizagem proporcionado pela imersão na cultura.

O homem precisa tanto de tais fontes simbólicas de iluminação para encontrar seus apoios no mundo porque a qualidade não-simbólica constitucionalmente gravada em seu corpo lança uma luz muito difusa. Os padrões de comportamento dos animais inferiores, pelo menos numa grande extensão, lhes são dados com a sua estrutura física; fontes genéticas de informação ordenam suas ações com margens muito mais estreitas de variação, tanto mais estreitas e mais completas quanto mais inferior o animal. Quanto ao homem, o que lhe é dado de forma inata são capacidades de resposta extremamente gerais, as quais, embora tornem possível uma maior plasticidade, complexidade e, nas poucas ocasiões em que tudo trabalha como deve, uma efetividade de comportamento, deixam-no muito menos regulado com precisão. Este é, assim, o segundo aspecto do nosso argumento. Não dirigido por padrões culturais — sistemas organizados de símbolos significantes — o comportamento do homem seria virtualmente ingovernável, um simples caos de atos sem sentido e de explosões emocionais, e sua experiência não teria praticamente qualquer forma. A cultura, a totalidade acumulada de tais padrões, não é apenas um ornamento da existência humana, mas uma condição essencial para ela — a principal base de sua especificidade (GEERTZ, 1989, p.57).

Esta é, então, a outra esfera que constitui o humano de caráter cultural. A cultura é definida como a ordem simbólica que rege as ações de um grupo social, ou então, como concebe Geertz (1989), como uma rede de significados a que estamos amarrados. Esta rede é tecida por nós, em nossos grupos.

Apropriamo-nos da cultura a partir dos processos de aprendizado promovidos pelas relações sociais. O ser humano é um ser que não consegue escapar da educação. Ele

é educado em todos os lugares, ao relacionar-se com outros seres humanos. O nome que se dá ao processo de apropriação de uma determinada cultura chama-se endoculturação. É por esse processo que aprendemos os sentidos e significados dos elementos organizados em uma determinada sociedade. Também é importante saber que a cultura não é uma dimensão estática e absoluta. Ela tem dinamicidade, transforma-se ao longo da história e de maneiras específicas, em cada sociedade ou grupo social. Laraia diz que “[...] os antropólogos estão totalmente convencidos de que as diferenças genéticas não são determinantes das diferenças culturais.” (1999, p.17).

Não existe correlação significativa entre a distribuição dos caracteres genéticos e a distribuição dos comportamentos culturais. Qualquer criança humana normal pode ser educada em qualquer cultura, se for colocada desde o início em situação conveniente de aprendizado (FELIX KEESING, apud LARAIA, 1999, p.17).

O ser humano é, portanto, um ser cultural, e assim, não responde aos mesmos estímulos de forma idêntica aos seus semelhantes, de uma maneira inata ou instintiva. O comportamento humano não é meramente orientado por leis da natureza humana, por uma natureza biológica e universal. Se perguntamos o que é ser mulher, homem criança etc, dificilmente conseguimos uma resposta convincente fora das realizações concretas da cultura. Nos fatos biológicos e naturais obtemos apenas informações muito gerais sobre o ser humano, mas dificilmente explicações para os seus comportamentos específicos.

A educação, escolar ou não escolar, congrega as diversas formas pelas quais são transmitidos os elementos culturais. Dessa forma, é preciso considerar que também as manifestações da cultura corporal, ou da cultura corporal de movimento, das quais trata a Educação Física, não são produtos inatos do comportamento humano, mas produções construídas ao longo da história e de forma muito diferente em cada sociedade e em cada cultura. Estamos diante, portanto, de um conjunto de fatos sociais e é assim que precisamos analisá-los.

O livro *A Interpretação das Culturas*, de Clifford Geertz, que fundamenta as discussões sobre cultura:

No livro *Convite à Filosofia* (p. 367-378), Marilena Chauí apresenta algumas definições e reflexões sobre o conceito de cultura.

O livro *Cultura: um conceito antropológico*, de Roque Laraia, ampliará os conhecimentos relativos ao conceito de cultura e as distintas abordagens da cultura, ao longo do tempo.

O vídeo *Sociologia – O que é cultura?* apresenta importantes interpretações sobre o termo cultura.

Você poderá ampliar sua compreensão sobre os elementos que caracterizam o ser humano, a partir do vídeo *Somos um só – o que caracteriza o ser humano*, por Eduardo Viveiros de Castro.

As relações entre cultura e natureza que pautam grande parte dos estudos antropológicos são melhor explicadas no vídeo *Cultura e natureza*, por Eduardo Viveiros de Castro.

Veja o que afirma Eduardo Viveiros de Castro sobre as formas como o ser humano se relaciona com o ambiente e sobre a importância dos processos de aprendizado para a constituição humana no vídeo *Somos um só – a cultura extrassomática*.

## 2. A CULTURA E O SEU ESTUDO: ANTROPOLOGIA E ETNOGRAFIA

Após a breve explanação sobre as relações entre ser humano, natureza e cultura, faz-se importante o entendimento das formas de produção do conhecimento sobre as questões culturais. A cultura é estudada, principalmente, por uma ciência chamada Antropologia. Do grego, *anthropos*, que significa homem, e *logos* significa conhecimento. Isto é, a Antropologia se constitui como o estudo do ser humano. Essa disciplina parte da perspectiva de que o humano é caracterizado, fundamentalmente, por produzir cultura.

É no século XIX que a Antropologia se constitui como uma ciência para o estudo do ser humano. Na época, constata-se a necessidade de uma ciência que estude as diferenças entre os povos, de forma empírica, e não especulativa. Esta ciência se assenta em fatos observáveis nas diferentes culturas. Os pioneiros da antropologia advêm, sobretudo, da Europa e dos Estados Unidos e seu interesse é o estudo dos grupos sociais que habitavam outras regiões do planeta, aqueles que se diferenciavam dos chamados civilizados.

Alguns representantes importantes da antropologia, no século XIX, são o inglês Edward Tylor (1832-1917), o estadunidense Lewis Morgan (1818-1881) e o escocês James Frazer (1854-1941), que contribuem para a constituição da disciplina a partir de um viés marcadamente evolucionista (LAPLANTINE, 2000). Esta perspectiva antropológica considera todos os povos como parte da espécie humana, entretanto, afirma que a diversidade entre eles deve-se aos diferentes estágios de desenvolvimento e evolução nos quais se encontram. Tal premissa permitiu que se pense a diversidade entre os povos em termos de desigualdades evolutivas, apontando para a sociedade ocidental como referência de desenvolvimento a ser alcançado. Por isso, quanto mais os grupos sociais se diferenciavam do modo de vida europeu/norte-americano considerado civilizado, mais eram considerados atrasados. Morgan, por exemplo, cria uma classificação para os estágios evolutivos dos povos: os civilizados são os mais evoluídos e, portanto, superiores; os bárbaros encontravam-se em estágios intermediários de evolução; os selvagens eram os mais atrasados e, portanto, inferiores.

Cabe destacar que o evolucionismo do século XIX serve como justificativa para o processo de colonização. Ora, se é constatado que todos os povos que habitam o planeta são humanos e, ao mesmo tempo, entende-se que alguns encontram-se em condição de atraso, como selvagens ou bárbaros, é possível que os civilizados assumam a responsabilidade de proporcionar-lhes o avanço e a evolução. Isso gera a imposição da cultura ocidental para o restante dos povos, a partir da perspectiva denominada de etnocentrismo. Esse termo vem de Ethnos e significa nação, ou tribo, ou grupo de pessoas que vivem juntas, enquanto etnocentrismo significa dar centralidade à determinada cultura e considerá-la referência a ser alcançada pelas demais. O evolucionismo, ao colocar a cultura europeia como referência, como centralidade na hierarquia evolutiva, produz um etnocentrismo específico, conhecido como eurocentrismo.

Os estudos antropológicos realizados nessa perspectiva tomam como fonte empírica de dados, fundamentalmente, as informações vindas de outros continentes trazidas por viajantes, missionários e administradores, e não eram necessariamente coletadas pelos próprios pesquisadores. Com isso as informações são analisadas tomando como referência o próprio modo de vida europeu e seus valores, o que contribuiu para que os estudiosos não compreendessem a profundidade das dimensões simbólicas presentes nos comportamentos dos povos estudados.

Laplantine (2000) mostra que, na passagem do século XIX para o século XX, ocorre uma revolução no olhar antropológico, fundamentalmente a partir da noção de trabalho de campo, instituída pelo teuto-americano Franz Boas (1858-1942) e pelo polonês Bronislaw Malinowski (1884-1942), autores reconhecidos como os fundadores de uma forma de estudo da cultura denominada etnografia. Esses autores insistem na importância de que o próprio pesquisador faça a coleta de informações junto aos grupos estudados, fundamentando os estudos antropológicos no trabalho etnográfico, a partir da noção de trabalho de campo. Em contato direto com os grupos estudados e seus modos de vida, é dado ao pesquisador impregnar-se com as suas categorias mentais e simbólicas e, assim, compreender os sentidos e significados que constituem determinada cultura. Mas para tornar isso possível, fazia-se necessário que o pesquisador aprendesse a língua do nativo e, até mesmo, vivesse com o grupo.

Franz Boas, a partir de um viés culturalista, e Bronislaw Malinowski, por uma perspectiva mais funcionalista, contribuem para a constituição da etnografia como a maneira antropológica de se estudar a cultura. Para a etnografia, são as observações in loco que possibilitam a obtenção de informações mais precisas e coerentes sobre os comportamentos culturais dos povos estudados. A etnografia abre caminhos para a possibilidade de alteridade, ou seja, de colocar-se no lugar do outro, de compreender o que o outro faz a partir de suas perspectivas e de seus pontos de vista.

Este viés antropológico permite um estudo da cultura de maneira mais relativizada, fazendo oposição à perspectiva evolucionista que era, ainda, refém do etnocentrismo e do eurocentrismo. Na etnografia, o pesquisador convive, interage e participa juntamente com o grupo estudado e, assim, produz informações importantes a respeito das várias culturas. Tais informações são registradas pelo pesquisador em seu diário de campo. Nesse sentido, “[...] o etnógrafo ‘inscreve’ o discurso social: ele o anota. Ao fazê-lo, ele o transforma de acontecimento passado, que existe apenas em seu próprio momento de ocorrência, em um relato, que existe em sua inscrição e que pode ser consultado novamente.” (GEERTZ, 1989, p.18).

Roberto Cardoso de Oliveira (2006) diz que o trabalho antropológico consiste no olhar, no ouvir e no escrever a cultura. Roberto da Matta (1978) mostra duas importantes atitudes para o trabalho antropológico: familiarizar-se com o estranho, para poder compreendê-lo a partir das suas próprias lógicas de sentido e estranhar-se com o familiar, como uma forma de despir-se de valores e preconceitos.

No trabalho etnográfico o principal instrumento de pesquisa é o próprio pesquisador. Diferentemente de outras áreas de conhecimento que têm máquinas, aparelhos, instrumentos, testes e protocolos rígidos utilizados na condução dos estudos, na etnografia é o pesquisador, com o seu treino acadêmico, que se constitui no instrumento primordial de estudo. Para isso, Oliveira (2006) indica a necessidade da domesticação do olhar como um processo importante para o trabalho antropológico, no sentido de que o pesquisador precisa saber o que olhar e o que ouvir.

Outra característica importante no trabalho etnográfico é que o problema de pesquisa pode até mesmo ser redescoberto em campo. Admite-se, assim, certa flexibilidade em relação à problemática de pesquisa. Um problema localizado dentro de um questionamento, ao se defrontar com o campo de estudos, pode ser revisto, reelaborado e reorientado. Na próxima unidade, podemos exemplificar e compreender algumas implicações dos estudos sobre a cultura que incidem sobre o conhecimento acerca das práticas corporais.

O livro *Aprender Antropologia*, de François Laplantine, traz importantes referências para conhecer e refletir sobre as distintas formas utilizadas ao longo dos tempos para se estudar a cultura.

Ao assistir ao vídeo *Sociologia – O estudo da Antropologia*, você compreenderá como a Antropologia se configura como área de conhecimento que se concentra nos estudos da cultura.

O filme *O Elo Perdido (Man to Man)* apresenta a história de um antropólogo escocês chamado Jamie Dodd (Joseph Fiennes), que atravessa a floresta tropical da África Central, em 1870, à procura de uma nova espécie. Ao encontrar uma tribo de pigmeus, Jamie acredita ter achado o elo perdido que faria a ponte evolucionária entre o homem e o primata. Ele captura dois pigmeus chamados Toko (Lomama Boseki) e Likola (Cécile Bayiha) para apresentá-los na Academia de Ciência de Edimburgo. A amizade que surge entre os três termina colocando em risco a carreira do cientista. De direção de Régis Wargnier, o longa metragem discute, entre outras questões, o eurocentrismo e a inferiorização da diferença justificada pela antropologia evolucionista do século XIX.

*O Elo Perdido (Man to Man):*

### 3. CORPO E CULTURA

Marcel Mauss, antropólogo francês, escreve, na década de 1930, um brilhante ensaio chamado *As técnicas corporais*. Nesse ensaio, Mauss afirma que o corpo é o primeiro e mais natural instrumento do homem, e define as técnicas corporais como “[...] as maneiras pelas quais os homens, de sociedade a sociedade, de uma forma tradicional, sabem servir-se de seu corpo.” (MAUSS, 2003, p.401). Com isso ele indica que o corpo tem muitas possibilidades técnicas. É possível fazer muitos usos do corpo, pois ele é forjado no âmbito de cada sociedade. Este ensaio de Mauss abre caminho para os estudos sobre o corpo como uma produção social e cultural. A partir desses estudos, torna-se cada vez mais evidente que os nossos comportamentos, em especial aqueles que envolvem o corpo e os usos que fazemos dele, são fruto de um processo de aprendizagem e não, meramente, a consequência inata de uma natureza biológica.

Dedicar-se ao estudo dessas questões se constitui um desafio pois, tradicionalmente, as representações científicas sobre o corpo são, em grande parte, fornecidas pelas ciências naturais e biológicas, que tendem a analisá-lo como dimensão material e física do ser humano, destituída dos aspectos simbólicos decorrentes do processo de aprendizado pelo qual a dimensão corporal é produzida ao longo da história.

Neste sentido, existe a tendência de explicar o corpo naturalizando-o, considerando-o produto de leis naturais, que possibilitam respostas com certo grau de certeza e previsibilidade. Outra característica importante ao se analisar o corpo de forma naturalizada está no apego à noção de normalização, a insistência na existência de formas naturais e, portanto, normais de comportamento corporal. Essa forma de pensamento corre o risco de interpretar os comportamentos diferentes daqueles entendidos como naturais e normais como atos anormais ou patológicos, gerando posturas produtoras de discriminação, de preconceito e de exclusão.

Em contraponto, compreender o corpo como uma produção social, abre-se espaço para discutir os significados a ele atribuídos em cada cultura e à produção de comportamentos corporais diferentes, sem que sejam vistos como anormalidades ou patologias. Também é

importante entender que é muito difícil separar, no corpo, o aspecto biológico do aspecto cultural, uma vez que coexistem a dimensão orgânica e a dimensão social.

Mais do que isso, é importante reconhecer que a cultura interfere, inclusive, na biologia, uma vez que o corpo torna-se produto das formas com que o utilizamos: as formas de alimenta-se, dormir, vestir, cuidar, medicar, treinar etc. Todas essas ações descritas são formas de comportamentos, definidos em cada sociedade, com sentidos e significados específicos e que atuam diretamente sobre o corpo, forjando até mesmo modificações nas dimensões orgânicas.

Vamos analisar a lágrima liberada no choro: biologicamente todos os humanos, em condições normais, têm a capacidade de lacrimejar. Entretanto, o que fará com que a lágrima seja ou não secretada são os aspectos simbólicos presentes em cada cultura, pois as emoções que levam ao choro são dependentes dos significados que as coisas possuem na sociedade. Na história da educação masculina e feminina, por exemplo, um menino aprende, desde cedo, que homem não chora e, por outro lado, a menina é educada para ser delicada e sensível, e possui o direito de chorar. Esses processos educativos imprimem restrições ao próprio organismo, ao reprimir determinadas reações orgânicas em algumas situações sociais.

Outro exemplo é a noção de treino corporal, algo bastante afeto ao campo da Educação Física. O corpo não se torna magro, forte ou definido de forma espontânea e instintiva. Um corpo com tais características é fruto da atuação do ambiente e da cultura sobre ele, ou seja, de algo que está presente numa realidade externa. Para alcançar um corpo forte, magro ou definido, deve-se, sobretudo, treinar, utilizando métodos, aparelhos e equipamentos desenvolvidos pela ciência do exercício. Tanto a noção positiva, construída na sociedade, sobre o corpo magro forte e definido, quanto a construção de técnicas, métodos, aparelhos e equipamentos para treinar e forjar um corpo com tais características é uma produção cultural. O treinamento corporal ou físico é uma ação cultural que modifica a biologia. A cultura do treinamento torna o corpo biologicamente fraco em forte, gordo em magro etc.

Pois bem, se é no seio da cultura que se criam padrões, referências, modas em relação às ações corporais, é também no seio da cultura que se desenvolve a resistência às transformações

corporais exigidas por tais normatividades. O ser humano, como ser sensível e reflexivo, incorporar, ou não, em seus comportamentos, determinados significados produzidos pela sociedade. Desta forma, também é uma maneira de manifestar-se culturalmente em relação ao corpo negar-se aos ditames dos modismos corporais.

Laraia (1999) afirma que o ser humano não tem necessidades de alterações anatômicas tão profundas para se adaptar ao processo evolutivo, como ocorre com os outros animais.

Alguns répteis, por exemplo, buscaram o refúgio dos ares para superar as difíceis condições de competição existentes no solo. Para isto, tiveram que se submeter a intensas modificações biológicas, através de numerosas gerações. Perderam escamas e ganharam penas; trocaram um par de membros por um par de asas; um sistema de sangue frio por um de sangue quente; além de outras modificações anatômicas e fisiológicas. Ganhando a locomoção aérea, afinal se transformaram em aves. O homem obteve o mesmo resultado por outro caminho (LARAIA, 1999, p. 40).

Segundo o autor, o humano, ao contrário dos outros animais, cria condições extraorgânicas de adaptação, que possibilitam a ampliação, de maneira artificial, da sua força, velocidade, acuidades visual e auditiva. O ser humano, como ser cultural, precisa muito pouco de adaptações internas para se adequar ao ambiente externo, uma vez que ele é um animal que produz adaptação do meio exterior para atender às necessidades que vislumbra no seu organismo.

O livro *Sociologia e Antropologia*, de Marcel Mauss, apresenta o conceito de técnica corporal (p. 399-422) como uma construção social e desnaturaliza os comportamentos corporais humanos.

David Le Breton é um importante sociólogo francês que dedica a vida acadêmica aos estudos do corpo e suas relações com a sociedade. Confira o vídeo *Le Breton fala sobre estudo do corpo e suas funções sociais*.

*Le Breton reflete sobre estudos do corpo* é uma entrevista com David Le Breton realizada pela UnB TV. Nela, o professor e sociólogo aborda importantes temas sobre a sociologia do corpo, em especial a importante influência da noção de técnica corporal de Marcel Mauss para a compreensão do corpo e das práticas corporais como uma construção social, e sua contribuição para os estudos atuais sobre o tema.

*Le Breton reflete sobre estudos do corpo:*

## 4. EDUCAÇÃO FÍSICA E CULTURA CORPORAL

A Educação Física também é uma expressão cultural e, conseqüentemente, é repleta de sentidos construídos na história. Isso é visível ao se observar a hegemonia do esporte e do paradigma da aptidão física na cultura desta disciplina. A valorização da dimensão procedimental em detrimento da dimensão conceitual também se constitui como algo que identifica a Educação Física. Basta ver como os alunos se manifestam quando o professor sugere uma aula que não atende as suas expectativas, como por exemplo, uma aula em sala, que não envolva práticas esportivas na quadra ou no campo. Isso ocorre porque as representações culturalmente construídas sobre a disciplina não se confirmam. É a expressão de uma cultura da Educação Física.

A Educação Física, além de ser uma expressão cultural, trata do que chamamos de cultura corporal. Mas, o que queremos dizer com esta expressão? É possível distinguir dois sentidos para a noção de cultura corporal. O primeiro sentido, mais abrangente, está relacionado à todas as práticas e técnicas com e sobre o corpo, presentes nas sociedades, ou, ainda, todos os usos que fazemos e podemos fazer com e sobre o corpo. Trata-se, portanto, de um conjunto extremamente variado de usos sociais do corpo, abordado com diferentes objetivos, pelas diversas disciplinas

acadêmicas, desde aquelas que lidam com o corpo orgânico em sua dimensão biológica, até aquelas que tratam das questões sociais a ele relacionadas.

O segundo sentido para o termo cultura corporal, e que mais interessa neste momento, é de caráter mais restrito e diz respeito à parte da cultura relacionada ao movimento humano, apropriada e sistematizada academicamente no campo da Educação Física. Esta cultura corporal é formada por um conjunto de práticas corporais identificadas como jogos e brincadeiras, esportes, danças, lutas e ginásticas. Esses elementos da cultura corporal são expressões concretas da humanidade, dotadas de sentidos específicos para cada grupo social. Portanto, são consideradas como um patrimônio da humanidade e que têm na educação escolar a função de sistematização e de transmissão para as futuras gerações, de forma organizada, criteriosa e crítica.

Nesse segundo sentido, portanto, o termo cultura corporal é utilizado para identificar o objeto de estudo e atuação da Educação Física. Entretanto, na história da área, diversas são as formas de caracterizar o seu objeto de estudo e sua especificidade. Segundo Bracht (2003), em alguns momentos, utilizou-se, por exemplo, a noção de atividade física ou atividades físico-esportivas e recreativas como objeto identificador da área e, em outros, as noções de movimento humano, movimento corporal humano, motricidade humana ou movimento humano consciente. Cada uma dessas formas de entender o objeto da Educação Física lança mão de referenciais e fundamentos distintos como, por exemplo, as bases da biologia humana quando se trata como objeto a atividade física, ou então os saberes da aprendizagem e desenvolvimento motor, quando se trata da noção de movimento humano.

Outra forma de caracterizar a Educação Física, identificada por Bracht (2003), é aquela que a considera como disciplina que trabalha pedagogicamente com a cultura corporal, cultura de movimento ou cultura corporal de movimento. O avanço destas perspectivas em relação às anteriores está na sua sustentação em referenciais mais abrangentes, advindos das Ciências Sociais e Humanas, que analisam a disciplina para além da naturalização produzida pelas Ciências da Natureza, e com isso possibilitam compreender as práticas corporais como produções humanas recheadas de intenções e de significados.

Importante considerar que entender o objeto da Educação Física como cultura corporal não consiste em negar os conhecimentos advindos das Ciências Biológicas e Naturais utilizados no campo e que dão alicerce, por exemplo, às noções de atividade física, aptidão física ou movimento humano. A perspectiva da cultura corporal reconhece que atividade física, aptidão física, movimento humano, entre outros, também são expressões constituintes da cultura corporal de movimento. A diferença é que se deixa de entendê-las como aspectos meramente naturais dos seres humanos, para compreendê-las na dinâmica cultural em que se desenvolvem, com todos os seus apelos, não apenas orgânicos e biológicos, mas também, históricos, econômicos, políticos etc. Com isso, ressalta-se que abordar a Educação Física como cultura corporal não significa negar a dimensão biológica e orgânica do ser humano, mas incorporá-la em um debate mais amplo.

Essa compreensão é discutida por Daolio (1995, 1998, 2004) ao entender que o ser humano é formado por uma totalidade interdependente, na qual os níveis biológicos, psicológicos, social e cultural estão sempre em constante relação. Um ato humano como, por exemplo, um drible no futebol, requer ao mesmo tempo todos esses níveis, e não apenas o nível biológico ou psicológico. Esta constatação de Daolio deriva dos estudos de Clifford Geertz sobre a relação entre o cérebro e a cultura. Segundo o autor o cérebro também é cultural, de modo que precisa da cultura para funcionar perfeitamente. Isso tudo demonstra uma interação extremamente forte entre natureza e cultura na composição do ser humano. Diante destas constatações, Daolio propõe que a Educação Física considere esta totalidade integrada e interdependente que constitui o ser humano para análise das práticas corporais.

Daolio (2004) identifica, ainda, que a Educação Física produziu, historicamente, análises fragmentadas do ser humano. Algumas deram ênfase, em demasia, para o aspecto motor, numa espécie de educação do movimento. Outras, além de reconhecerem a importância do desenvolvimento motor, tocaram também no desenvolvimento afetivo e psicológico, a partir de uma educação pelo movimento. Outras lidaram melhor com a os aspectos sociais da Educação Física, ampliando as análises produzidas no campo, ao incorporar, por exemplo, as questões de

classe social. Por fim, algumas evidenciaram o aspecto cultural do ser humano, dando importância para a dimensão simbólica presente nas práticas corporais. Contudo, cada uma destas análises ainda se coloca de forma independente das demais possibilidades de níveis de avaliação, ou seja, uma é biológica, outra é psicológica, outra social e outra cultural, formando uma concepção estratigráfica de Educação Física, termo que Daolio emprega ao parafrasear Clifford Geertz.

A partir disso, sugere que a Educação Física olhe para o seu objeto, as manifestações corporais do movimento humano, como síntese de um ser que se manifesta em sua totalidade, enfatizando que as dimensões física, psicológica, social e cultural estão em constante interação em todos os atos.

Não há consenso em relação ao uso dos termos cultura física, cultura corporal, cultura de movimento, cultura corporal de movimento. Por um lado, todos eles apontam para os conteúdos da Educação Física considerando-os como produções culturais. Apesar disso, as bases que sustentam as análises de tais proposições advêm de referenciais distintos.

Outro conceito importante para o campo da Educação Física é o de práticas corporais. Segundo Lazzarotti Filho et al. (2010) esse termo é utilizado na literatura brasileira para descrever a diversidade de técnicas e práticas sobre o corpo. Especificamente, na Educação Física, ele é utilizado como contraposição à noção de atividade física, que tem uma conotação mais restrita e biológica. A noção de prática corporal, por sua vez, apresenta uma conotação mais ampla, que não se compromete simplesmente com os objetivos de gasto energético, que sustentam o conceito de atividade física. A noção de práticas corporais, portanto, promove, na Educação Física, a ampliação do olhar sobre a cultura corporal de movimento.

No texto *Educação Física e ciência: cenas de um casamento (in)feliz*, Valter Bracht aborda as diferentes perspectivas que nortearam as discussões sobre Educação Física e ciência ao longo da história da área e a importância dos estudos da cultura para este contexto.

Para melhor compreender os significados da expressão práticas corporais e sua relação com a Educação Física, confira o texto *O termo práticas corporais na literatura científica brasileira e sua repercussão no campo da Educação Física*, de Lazzarotti Filho e colaboradores.

No vídeo *Cultura corporal* você poderá observar o que dizem os professores Mauro Betti e Lino Castellani Filho sobre o paradigma da cultura corporal, ou cultura corporal de movimento, como definidora dos conteúdos de ensino da Educação Física.

## 5. ESPORTE E CULTURA

Muitas vezes ouvimos a afirmação “esporte é cultura”. Isso mesmo, esporte é cultura. Ele é parte da cultura corporal de movimento produzida pela humanidade. Como fenômeno cultural, o esporte se manifesta de diversas maneiras. Bracht (2005), diferencia o fenômeno esportivo a partir de um esquema dual: a) esporte de alto rendimento ou espetáculo; b) esporte enquanto atividade de lazer. Em cada uma dessas esferas ele se desenvolve de maneiras específicas. No entanto, o autor entende que os valores e códigos que regem o esporte de alto rendimento ou espetáculo acabam servindo de modelo para o esporte praticado no âmbito do lazer, fato que precisa ser revisto, especialmente no campo da Educação Física escolar. Como essas diferentes formas da manifestação esportiva são expressões da cultura, elas são potencialmente educativas, apesar de, evidentemente, conterem premissas e visões de mundo distintas. Nesse sentido, o esporte é muito mais do que um conjunto de regras, de fundamentos e de técnicas. Ele é influenciado por questões históricas, econômicas, políticas, éticas e estéticas entre outras.

Em nossa cultura, existe toda uma valorização do rendimento esportivo, do espetáculo, da produção dos heróis. Há muito tempo se reconhece no campo acadêmico de Educação Física que o seu papel em relação ao esporte, como parte da educação escolar, não é a detecção de talentos ou a produção de atletas, mas o ensino do fenômeno esportivo para todos que participam das aulas. O aluno egresso da Educação Básica não será, necessariamente, um atleta, mas um indivíduo a quem é garantido o direito de aprender as manifestações esportivas. Este aprendizado visa garantir a relação do educando com a prática esportiva, a compreensão, a crítica e a possibilidade de reconstrução do esporte de maneiras mais democrática e inclusiva.

Nesse sentido pergunta-se: quando a única referência para pensar o esporte são as práticas advindas do alto rendimento ou espetáculo, contribui-se para a construção de uma noção de esporte para todos? Uma reflexão importante de se fazer é que o esporte de alto rendimento ou espetáculo segue regras oficiais feitas para aqueles que jogam no alto nível. Isso parece contraditório com a situação da maior parte da população que deseja participar do esporte, pois este grupo não é constituído por atletas, mas por praticantes comuns. Atletas são trabalhadores do esporte, e o trabalho deles é treinar. Muitos deles treinam todos os dias. Isso dá condições para que participem do esporte numa situação de alto nível, o que não ocorre com o praticante comum.

O aluno, nas aulas Educação Física, se encontra afastado das condições de um praticante adulto, e mais afastado ainda, das condições de um atleta de alto rendimento. São crianças e adolescentes que estão na escola para aprender Educação Física, da qual o esporte é um dos conteúdos. Veja-se, por exemplo, as dimensões de um campo de futebol, o tamanho da trave ou as dimensões de uma quadra de basquete e altura do aro. Tudo isso é construído pensando em um atleta na competição de alto nível e não nas condições de um cidadão comum e muito menos de uma criança ou adolescente. Isso requer a adaptação dos espaços, dos equipamentos e também das regras, o que produz uma subversão daquilo que caracteriza o esporte oficial. Trata-se, portanto, de uma adaptação necessária para ter um esporte de acordo com as condições dos praticantes não-atletas.

No campo da Educação Física valoriza-se muito o termo atleta e não apenas para definir o praticante de alto nível (aquele que vive do esporte, que o pratica na esfera do trabalho). É comum estender a denominação atleta para outras parcelas da população, como aquelas que praticam esportes amadoristicamente e também para as crianças e adolescentes que participam de competições escolares. O termo atleta é, culturalmente, muito significativo e cheio de sentido para quem se insere no esporte. Pode-se utilizar este termo, mas é importante reconhecer que boa parte da população que se relaciona com esporte não se caracteriza, necessariamente, como um atleta num sentido mais restrito do termo, como aquele que se envolve com esporte de alto nível.

Além da relativização dos espaços, dos equipamentos e das regras, é importante compreender a própria técnica esportiva de maneira relativizada. No campo acadêmico de Educação Física, Jocimar Daolio é um dos autores a desenvolver este debate, trazendo para discussão a noção de técnica como construção cultural, a partir do estudo de Marcel Mauss. A compreensão da técnica como as formas pelas quais cada sociedade faz uso do corpo ajuda a evitar o entendimento da técnica esportiva unicamente como um movimento eficiente e biodinâmico. Tal compreensão também possibilita a aceitação das diferentes técnicas empregadas no esporte como as formas pelas quais os sujeitos utilizam o corpo para chegar a determinados fins. Isso pode viabilizar o ensino do esporte na escola pautado menos na ênfase pelo aprendizado e treino dos gestos técnicos de uma ou de outra modalidade esportiva, mas, sobretudo, a partir da exploração da inteligência tática existente no jogo.

Daolio (2002), baseado nas ideias de Claude Bayer, propõe um modelo pendular para o ensino dos esportes coletivos, de maneira a enfatizar as invariantes e os princípios operacionais comuns às várias modalidades esportivas coletivas para, em sequência, lidar com as regras de ação que diferenciam uma modalidade da outra e, por fim, trabalhar com os gestos técnicos que as modalidades requerem.

Segundo Bayer, as modalidades esportivas coletivas podem ser agrupadas em uma única categoria pelo fato de todas possuírem seis invariantes: uma bola (ou implemento similar), um espaço de jogo, parceiros com os quais se joga, adversários, um alvo a atacar (e, de forma complementar, um alvo a defender) e

regras específicas. São essas invariantes que geram a categoria Esporte Coletivo, ou Jogo Esportivo Coletivo, e que permitem visualizar uma mesma estrutura de jogo. Possuindo estrutura comum, é possível considerar as modalidades esportivas dentro de uma mesma lógica, o que as tornam passíveis de um mesmo tratamento pedagógico para seu ensino (DAOLIO, 2002, p.100, grifo no original).

Isso oferece uma formação mais generalista ao aluno, ao iniciar o aprendizado pelos princípios operacionais que o habilitarão a desenvolver melhor competência não em apenas uma modalidade, mas em várias. Assim, esta metodologia inverte o sentido do ensino tradicional, que se pauta primeiramente no aprendizado dos fundamentos e gestos técnicos.

Como expressão cultural, as regras e formas de jogar são inventadas pelos próprios homens e, se assim o são, também são passíveis de ser transformadas para que se tornem práticas mais inclusivas e democráticas.

Acesse o texto *A gênese do esporte moderno*, capítulo inicial do livro *Sociologia crítica do esporte: uma introdução*, de Valter Bracht (p. 13-20). Nele, o autor discute a constituição do fenômeno esportivo como uma importante manifestação da cultura corporal desde o século XIX.

O professor Jocimar Daolio propõe uma abordagem diferenciada para o ensino dos esportes coletivos, apoiado no modelo pendular, baseado nos estudos de Claude Bayer no texto *Jogos esportivos coletivos*.

No texto *A técnica esportiva como construção cultural: implicações para a pedagogia do esporte*, os autores Jocimar Daolio e Emerson Velozo analisam a técnica esportiva com base na noção de técnica corporal, de Marcel Mauss.

## 6. DIVERSIDADE, QUESTÕES ÉTNICO RACIAIS E DE GÊNERO

Para encerrar as discussões desta disciplina, apresentamos algumas reflexões sobre Educação Física e diversidade, a partir das questões étnico-raciais e de gênero.

Para disparar as discussões, confira o material elaborado pela professora Silvana Goellner e demais professores da Rede Cedes – Ministério do Esporte, como orientação aos projetos de esporte e lazer numa perspectiva de inclusão e respeito à diversidade de raça e gênero.

*Gênero e Raça: inclusão em esporte e lazer.*

### 6.1. EDUCAÇÃO FÍSICA E AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS

Durante muito tempo a diversidade entre os povos foi vista como forma de desigualdade, o que contribuiu para a produção de uma hierarquia centrada na perspectiva eurocêntrica, de modo que quem advinha de outros continentes, principalmente os povos indígenas das Américas ou de tribos africanas, eram vistos como inferiores/menos evoluídos. Esse tipo de perspectiva produz sustentação para visões racistas e discriminatórias em relação às diferenças entre os grupos humanos. Ainda hoje há muitas marcas de racismo na sociedade.

No campo da Educação Física, no que diz respeito aos esportes, não é raro ocorrer casos de racismo cometidos contra atletas ou praticantes. O caso vivido pelo jogador Grafite, na Copa Libertadores da América, em 2005, que recebeu xingamentos e ofensas de um adversário, associadas às suas características étnico-raciais é um exemplo disso. Outro exemplo, mais recente, também no futebol, envolveu o jogador Aranha, goleiro do Santos, que foi alvo de manifestações racistas pela torcida do Grêmio, em partida pela Copa do Brasil, em 2014. Neste caso, as ofensas, que repercutiram na mídia brasileira, vieram dos torcedores do time adversário, e não dos jogadores.

Essa perspectiva eurocêntrica está presente também na própria maneira como a educação lida com os conteúdos de ensino. Tradicionalmente, a educação valoriza conteúdos curriculares de origem ocidental ou europeia. Mas, como fica a transmissão dos conhecimentos oriundos da cultura africana, afro-brasileira e indígena?

Em 2003, a Lei n. 10.639 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), e tornou obrigatório o ensino história e cultura africana em toda Educação Básica. Alguns anos depois, a Lei n. 11.645, de 2008, altera, novamente, a redação da LDBEN, adicionando também a obrigatoriedade do estudo da cultura indígena, com o seguinte texto: “Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.” Estas iniciativas são formas de valorizar a cultura de tais povos, que constituem boa parte da composição étnica da população, e também afirmar a suas identidades étnico-raciais.

Entretanto, não é comum a valorização, nas aulas de Educação Física, de manifestações da cultura corporal advindas dos povos indígenas e africanos ou ainda afro-brasileiros. Com as leis de 2003 e 2008, entende-se, como papel da Educação Física, o estudo e a sistematização de conteúdos que representam práticas corporais de origem indígena e africana, possibilitando a formação mais abrangente para população brasileira, no que diz respeito ao conhecimento de sua cultura corporal. Afinal, grande parte da população é constituída por descendentes de africanos ou por indígenas, e uma Educação Física que se pretenda democrática não pode fechar os olhos para essa questão.

O vídeo *A cor da cultura – Igualdade de tratamento e oportunidades* possibilita refletir sobre igualdade de oportunidades e tratamento na sociedade brasileira, relacionando com as questões étnico-raciais.

O vídeo *A cor da cultura – Corpo* possibilita refletir sobre as questões étnico-raciais a partir do corpo, em especial, da cor da pele.

Você poderá conferir na íntegra o texto das Leis Federais que alteram a LDBEN e incluíram na Educação Básica, primeiramente, o estudo da história e cultura africana e, posteriormente, o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

*Lei Federal n. 10.639, de 2003.*

*Lei Federal n. 11.645, de 2008.*

## **6.2. EDUCAÇÃO FÍSICA E AS QUESTÕES DE GÊNERO**

As questões de gênero também afetam a Educação Física. O gênero diz respeito às representações sociais que se fazem em relação às noções de masculino e feminino. Apesar de existirem diferenças orgânicas que podem definir o sexo masculino e feminino, a diferenciação de papéis masculinos ou femininos ou de homens e mulheres é uma produção social. Gênero pode ser definido da seguinte maneira:

Condição social através da qual nós nos identificamos como masculinos e femininos. Não é algo natural que está dado, mas é construído social e culturalmente e envolve um conjunto de processos que vão marcando os sujeitos a partir daquilo que se identifica como masculino ou feminino. (GOELLNER et al. 2009).

Tradicionalmente, as posições ocupadas pelas mulheres caracterizam-se por relações de inferioridade e de desigualdade em relação aos homens, pois a elas são impostos papéis sociais menos valorizados. Essa situação identifica uma sociedade que atribui funções diferentes para homens e mulheres, produzindo relações assimétricas de poder e quadros de desigualdade.

Eis um exemplo importante no âmbito da Educação Física e dos esportes: a participação das mulheres nos esportes e, mais especificamente, em algumas modalidades, como futebol. Só há muito pouco tempo as mulheres conquistam maior visibilidade nessa prática esportiva. Há poucas décadas atrás era quase impossível ver uma mulher participando de uma partida de futebol, pois este era um espaço reservadamente masculino. Pierre de Coubertin, idealizador dos Jogos Olímpicos modernos, atribuía à mulher nos jogos a seguinte função: “As mulheres possuem uma única tarefa, ou seja, o papel de coroar o vencedor com uma coroa de flores como era o seu papel na Grécia Antiga.” (COUBERTIN citado por ROMERO, 1994). Com esse exemplo, observa-se o lugar secundarizado no qual a mulher foi posicionada no cenário esportivo, ao ser vista com o único papel de laurear os campeões com a coroa de flores, e mais nada. Esse tipo de significação exclui a mulher da possibilidade esportiva.

Outro exemplo ocorre na primeira metade do século XX, quando surgem as primeiras competições de Ginástica Rítmica, modalidade pensada exclusivamente para as mulheres e que evidencia sobremaneira a delicadeza dos gestos. Na tentativa de ampliar a presença das mulheres nos Jogos Olímpicos, para além da premiação dos homens, no ano de 1984 a modalidade de Ginástica Rítmica passa a integrar o programa dos jogos. Assim, ao invés de incentivar a participação feminina nas diversas modalidades esportivas, cria-se uma modalidade específica que mantém a segregação e reafirma a característica sexista do evento.

Do mesmo modo algumas representações de gênero excluem os homens de determinadas práticas, como por exemplo determinados tipos de dança ou de ginástica, tradicionalmente, e de forma equivocada, caracterizadas pelo senso comum como atividades

mais femininas. O estabelecimento de papéis distintos para meninos e meninas parte de pressupostos naturalizantes de ser humano, como se um menino, por ser do sexo masculino, fosse naturalmente forjado para determinadas atividades, e a menina, por ser do sexo feminino, fosse naturalmente mais preparada para outras atividades.

Nessa esteira de pensamento, as representações tradicionais sempre associaram ao masculino a força, o contato com o público o trabalho fora de casa, enquanto a mulher, sensível e delicada, ocupava-se com a vida privada, dentro de casa, com o cuidado dos filhos, com alimentação, etc. A indústria de brinquedos, por exemplo, muitas vezes reproduz as desigualdades de gênero, ao desenvolver brinquedos que remetem ao lar para menina, como bonecas, casinhas fogõezinhos, e que remetem à rua e ao público para o menino, como carrinhos, armas, etc.

Este tipo de educação certamente exclui tanto meninas quanto meninos de suas potencialidades. Nascer com o sexo masculino ou nascer com o sexo feminino não deve determinar o que se fará com o corpo e com a vida, tornando-se, por exemplo, lutadores de judô ou dançarinos de balé.

A Educação Física que se pretende democrática não pode produzir ambientes e práticas que contribuam para a continuidade das desigualdades entre meninos e meninas. É responsabilidade da disciplina, que estuda o corpo e os comportamentos corporais humanos, entender que não há nada de natural nos papéis atribuídos aos meninos ou às meninas, mas o que existe é toda uma produção social que lentamente é forjada na conduta.

A animação *O desafio da igualdade* explora a formação do gênero a partir dos diversos processos de aprendizado pelos quais nos constituímos como homens e mulheres, e o conjunto de representações que incidem sobre esses processos.

No vídeo *Corpo, gênero e sexualidade* a professora Silvana Goellner desnaturaliza o ser homem e o ser mulher, a partir da compreensão do gênero como uma construção social. Ainda analisa a diversidade de gênero e suas implicações para a Educação Física.

## 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto demonstra algumas relações entre a Educação Física e a cultura. A intenção é evidenciar as contribuições que os estudos sobre a cultura fornecem para o campo da Educação Física, principalmente no que diz respeito à desnaturalização do corpo e das práticas corporais. Longe de se constituírem como elementos meramente naturais, o ser humano e seu corpo são produzidos pela cultura na qual estão inseridos. Isso não significa a negação das condições biológicas e orgânicas da existência. Muito pelo contrário, elas são reafirmadas na sua interação com a cultura, que ao atuar sobre elas, modifica-as.

A partir dessas premissas, considera-se a cultura corporal de movimento como objeto de estudo e especificidade da Educação Física, estruturada pelos seguintes elementos: jogos, esporte, ginásticas, danças e lutas. Estas são, portanto, formas culturais de manifestar-se corporalmente. Assim, elas surgem na história humana, com sentidos que se diferenciam ao longo do tempo e em cada sociedade. Como produções sociais e culturais, tais práticas não podem ser entendidas como naturais, inatas ou instintivas.

A desnaturalização das práticas corporais é um pressuposto importante para uma Educação Física voltada para o respeito da diversidade e para a construção de uma sociedade democrática. Ela alerta para a existência de sentidos plurais sobre a cultura corporal e abre caminhos para uma visão mais alargada sobre os conteúdos da Educação Física.

## REFERÊNCIAS

BRACHT, V. Educação Física e ciência: cenas de um casamento (in)feliz. 2. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2003.

\_\_\_\_\_. Sociologia crítica do esporte: uma introdução. 3. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2005.

BRASIL. Lei Federal nº 10.639. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 09 de janeiro de 2003.

BRASIL. Lei Federal nº 11.645. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 de março de 2008.

CHAUÍ, M. Convite à filosofia. São Paulo: Ática, 2002.

DA MATTA, R. O ofício do etnólogo, ou como ter “antropológico blues”. In: NUNES, E. de O. (org.). A aventura sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978.

DAOLIO, J. Da cultura do corpo. Campinas: Papirus, 1995.

\_\_\_\_\_. Educação Física brasileira: autores e atores da década de 1980. Campinas: Papirus, 1998.

\_\_\_\_\_. Jogos esportivos coletivos: dos princípios operacionais aos gestos técnicos - modelo pendular a partir das idéias de Claude Bayer. Revista Brasileira Ciência e Movimento. Brasília, v. 10, n. 4, p. 99-104, outubro 2002.

\_\_\_\_\_. Educação física e o conceito de cultura. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

DAOLIO, J.; VELOZO, E. L. A técnica esportiva como construção cultural: implicações para a pedagogia do esporte. Pensar a Prática, v. 11, n. 1, p. 9-16, jan./jul. 2008.

GEERTZ, C. A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GOELLNER, S. V.; et al. Gênero e raça: inclusão em esporte e lazer. (Material didático para projetos de esporte e lazer). Brasil: Ministério do Esporte, 2009.

LAPLANTINE, F. Aprender antropologia. São Paulo: Brasiliense, 2000.

LARAIA, R. Cultura: um conceito antropológico. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LAZZAROTTI FILHO, A. et al. O termo práticas corporais na literatura científica brasileira e sua repercussão no campo da Educação Física. Movimento, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 11-29, jan./mar., 2010.

MAUSS, M. As técnicas do corpo. In: \_\_\_\_\_ Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

OLIVEIRA, R. C. O trabalho do antropólogo. 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: UNESP, 2006.

ROMERO, E. A Educação Física a serviço da ideologia sexista. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 15, n. 3, p. 226-228, jan, 1994.